

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.260 - SP (2019/0356061-7)**

**RELATOR** : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
**RECORRENTE** : CARLOS ALBERTO MARTINS JUNIOR (PRESO)  
**ADVOGADO** : FABIO ROGERIO DONADON COSTA - SP338153  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por CARLOS ALBERTO MARTINS JUNIOR contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2206932-25.2019.8.26.0000).

Consta dos autos que o recorrente foi preso em flagrante, custódia essa posteriormente convertida em prisão preventiva, em razão da suposta prática dos delitos previstos nos arts. 33 e 35 da Lei n. 11.343/2006. Isso porque, juntamente com outros 3 agentes, fora surpreendido mantendo em depósito 257,81g (duzentos e cinquenta e sete gramas e oitenta e um centigramas) de cocaína e 212,91g (duzentos e doze gramas e noventa e um centigramas) de maconha (e-STJ fl. 160).

Inconformada, a defesa impetrou prévio *writ*, tendo sido a ordem denegada em acórdão cuja ementa foi assim definida (e-STJ fl. 191):

*Habeas Corpus*. Tráfico de drogas. Pretensão de liberdade provisória. Conversão da prisão em flagrante em preventiva de forma fundamentada. Necessidade da custódia para a garantia da ordem pública. Constrangimento ilegal não demonstrado. Ordem denegada.

Neste recurso em *habeas corpus*, a defesa alega ausência de fundamentação concreta no decreto de prisão cautelar e sustenta que a segregação está sendo mais severa que eventual regime de cumprimento de pena a ser aplicado.

Requer, inclusive liminarmente, a revogação da prisão preventiva decretada em desfavor do recorrente, ainda que com estabelecimento de medidas cautelares diversas da prisão.

É o relatório.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Da análise das alegações formuladas, observo que o presente recurso é mera reiteração do HC n. 542.630/SP, também de minha relatoria, o qual se volta contra o mesmo acórdão, havendo entre eles identidade de causas de pedir e de pedido. Registro que, em 30/10/2019, o pedido liminar do referido *habeas corpus* foi indeferido e que os autos se encontram em seu regular andamento.

À vista do exposto, **indefiro liminarmente o recurso ordinário em *habeas corpus*.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator